

Governo vai financiar 6.500 leitos de UTIs convencionais e renovar 14 mil para Covid

O Ministério da Saúde confirmou nesta quinta-feira (27) que vai financiar, a partir de março, mais 6,5 mil leitos de UTI regulares do SUS. Com esta decisão, cerca de 30 mil leitos deste tipo vão receber recursos do governo federal para custeio.

A Saúde também irá aumentar o valor da diária para funcionamento destas unidades.

Por causa do avanço da variante ômicron, a pasta ainda vai manter o pagamento de diárias para funcionamento de 14 mil leitos de UTI específicos para Covid até o fim de fevereiro. Também abriu uma janela para estados e municípios pedi-

rem, se necessário, o pagamento a mais leitos de tratamento do novo coronavírus.

Estes anúncios foram feitos durante reunião entre conselhos de estados (Conass), municípios (Conasems) e o Ministério da Saúde, com a assinatura de três portarias.

Estes novos leitos de UTI convencionais haviam sido criados para o atendimento de pacientes da Covid no auge da pandemia. Sem o financiamento federal, muitos seriam fechados.

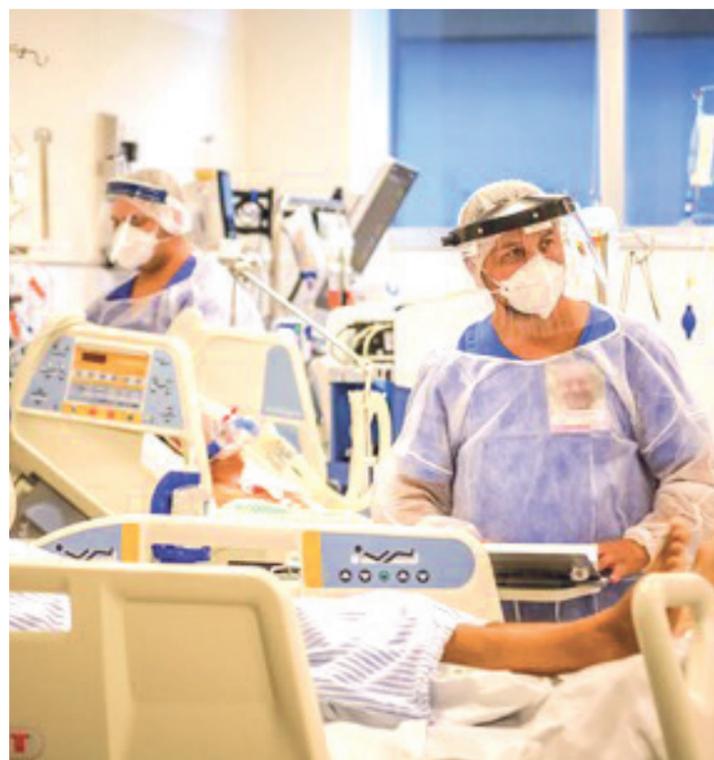
Os gestores do SUS anunciaram, em dezembro, acordo para incorporar estas unidades à rede convencional do SUS. Também definiram o reajuste das diárias pagas pelo ministério para custeio dos leitos.

O custo das diárias muda conforme a complexidade do atendimento que é feito em cada leito. Nas unidades “tipo II”, para pacientes de nível de atenção alto, por exemplo, passará de R\$ 478,72 para R\$ 600 no primeiro semestre de 2022. No segundo semestre será de R\$ 650.

Durante a reunião de gestores do SUS, o ministro Marcelo Queiroga disse esperar que a termine o “caráter pandêmico” da Covid-19 em 2022.

“A ômicron não deve ser desprezada. Mas estamos bem mais preparados para dar a resposta”, disse o ministro, que defendeu o avanço da campanha de vacinação.

Mateus Vargas/Folhapress



Economia



Fuga de poupança em 2021 se concentra em quem tem menos recursos

Página - 03

Ômicron deve atrapalhar confiança do empresário nos próximos meses, diz FecomercioSP

Página - 03



Oferta da Aliansce Sonae pela brMalls pode virar aquisição hostil, afirma Ágora

Página - 05

Petz compra líder em tapete higiênico para cães e ação dispara 10%

Página - 05



Política

Bolsonaro baixa MP que autoriza Brasil a retaliar países que tenham descumprido acordos na OMC

Página - 04

Magistrados de SP querem novo bônus no salário por alegado excesso de trabalho

Página - 03

No Mundo

Distorção do Holocausto e aumento do antissemitismo na pandemia preocupam Europa



A celebração do Dia Internacional em Memória às Vítimas do Holocausto nesta quinta (27) foi marcada por um alerta global sobre o crescimento do antissemitismo durante a pandemia. Não apenas agressões antissemitas verbais e físicas se multiplicaram, como discursos de distorção do Holocausto encontraram terreno fértil.

Pegue-se como exemplo a França. O país europeu registrou pelo menos 589 atos antissemitas no último ano, um aumento de 75% em relação a 2020, segundo números divulgados nesta quinta pelo Serviço de Proteção à Comunidade Judaica (SPCJ). A violência física, por sua vez, cresceu 36%, e, de todos os

atos racistas contabilizados no país ao longo do último ano, 73% tiveram como alvos judeus.

Frente a esse cenário, o SPCJ chama a atenção para o agravamento dos ataques à comunidade judaica em agosto, quando o país registrou os primeiros protestos contra as medidas de restrição para conter a crise sanitária. “Foram atos essencialmente antissemitas, que descreviam os judeus como aproveitadores e até mesmo causadores da crise.”

A percepção não é exclusiva da França. Relatório anual sobre o antissemitismo no mundo lançado pelo Ministério da Diáspora de Israel na segunda (24) sugere que a pandemia foi alavanca

para manifestações contra os judeus e critica o fato de muitos opositores às medidas sanitárias e à vacinação terem comparado as restrições com as políticas nazistas dirigidas aos judeus na primeira metade do século 20, algo que, afirma a pasta, banaliza e distorce o Holocausto.

“O uso da estrela de Davi [símbolo do judaísmo] também foi comum em protestos antivacina”, observa o relatório, segundo o qual as postagens de ódio contra judeus no Twitter cresceram 31% em 2021 em comparação com o ano anterior. No total, 3,5 milhões de publicações antissemitas postadas por 430 mil usuários foram identificadas.

Folhapress

UE: dose de reforço pode reduzir internações por covid em até 800 mil

A dose de reforço de vacina contra a covid-19 poderia reduzir as internações causadas pela doença na Europa em pelo menos meio milhão de casos, disse nesta quinta-feira (27) a agência de saúde pública da União Europeia (UE), mesmo com disseminação da variante Ômicron do novo coronavírus em ritmo sem precedentes.

“A atual adoção de uma dose de reforço, desde o início de janeiro, pode reduzir as futuras hospitalizações pela Ômicron entre 500 mil e 800 mil” na Europa, informou o Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC).

Os números abrangem os 27 países que compõem o bloco, mais Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Atualmente, cerca de

70% da população da União Europeia, de 450 milhões de pessoas, foram totalmente vacinados e metade recebeu uma dose de reforço.

“A ampliação do programa de reforço a todos os indivíduos anteriormente vacinados poderia reduzir as admissões em mais 300 mil e 500 mil”, afirmou o ECDC.

Para a UE, embora os casos da variante Ômicron na Europa estejam aumentando a velocidade sem precedentes, com taxas de infecção três vezes mais altas que no pico, muitos países já podem estar em ponto de inflexão.

“Enquanto em alguns Estados-membros, o pico da infecção parece ter sido atingido recentemente, a pandemia ainda não terminou”, acrescentou a comissária de Saúde da UE, Stella Kyriakides.

Reuters/ABR



Coreia do Norte dispara mais 2 mísseis e EUA condenam série de testes



A Coreia do Norte disparou o que pareciam ser dois mísseis balísticos nesta quinta-feira (27), atraindo críticas dos Estados Unidos (EUA) à sexta rodada de testes neste mês.

A série é uma das maiores já lançadas em um mês, segundo analistas, e o país começa 2022 com forte demonstração de novos armamentos operacionais.

O Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul (JCS) disse que detectou o lançamento, do que presumiu serem dois mísseis balísticos, por volta das 8h (horário local), a partir da região de Hamhung,

na costa leste da Coreia do Norte. Os projéteis viajaram por cerca de 190 quilômetros (km) até uma altitude de 20 km, acrescentou o JCS.

Neste mês, país anunciou que iria intensificar defesas contra os EUA e avaliar a retomada de “todas as atividades que haviam sido temporariamente suspensas”. O comentário, aparentemente, refere-se à moratória autoimposta de testes de armas nucleares e mísseis de longo alcance.

O lançamento ocorreu após a Coreia do Norte disparar dois mísseis de cruzeiro no mar, a partir da costa leste, na terça-feira (25), aumentando a tensão causada pelos testes.

No início do mês, o país lançou mísseis táticos guiados, dois “mísseis hipersônicos” capazes de serem manobrados e de atingir altas velocidades, além de sistema ferroviário de lançamento de mísseis.

“O regime de Kim Jong-un está desenvolvendo diversidade de armas ofensivas, apesar dos recursos limitados e dos desafios econômicos”, disse Leif-Eric Easley, professor de Assuntos Internacionais da Universidade Ewha em Seul.

Alguns testes buscam desenvolver novas capacidades, especialmente de evasão das defesas de mísseis.

ABR

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Fuga de poupança em 2021 se concentra em quem tem menos recursos



Os brasileiros pouparam mais de R\$ 200 bilhões em 2021, considerando produtos bancários com cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), como CDBs, cadernetas de poupança, depósitos a vista e letras de crédito imobiliário e do agronegócio. Essa economia adicional, no entanto, ficou concentrada em contas com saldo superior a R\$ 20 mil.

Na faixa que inclui clientes com saldo inferior a esse patamar, houve saída de recursos ao longo do ano, embora os valores totais ainda estejam acima dos verificados no início da pandemia decretada em março de 2020.

Os dados do FGC também

mostram que a capacidade de poupar perdeu força em relação ao primeiro ano da pandemia, quando houve crescimento de R\$ 830 bilhões no saldo desses produtos.

O acúmulo de recursos em 2020 esteve relacionado a fatores como pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais, precaução diante dos efeitos econômicos da pandemia e redução de consumo provocada por distanciamento social.

Em 2021, tanto a ajuda do governo como as restrições impostas pela crise sanitária diminuíram. Além disso, a inflação aumentou o custo de vida, em um ambiente de desemprego ainda elevado.

Parte do crescimento de

6,6% no estoque desses recursos em 2021 também está relacionada à rentabilidade do CDI (3,95%), que serve de parâmetro para algumas dessas aplicações, e da caderneta (2,99%), embora o avanço tenha ficado abaixo da inflação, de mais de 10% do ano passado.

Poupança é única aplicação cujo saldo encolheu em 2021. A caderneta de poupança foi o único entre os principais produtos com garantia do Fundo cujo saldo encolheu em 2021 (-1%). A perda de recursos se deu nas aplicações com saldo de R\$ 100,01 a R\$ 50 mil e também nas 119 contas com mais de R\$ 20 milhões.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Ômicron deve atrapalhar confiança do empresário nos próximos meses, diz FecomercioSP

Os empresários do comércio da capital paulista abriram 2022 com otimismo para expandir seus negócios e contratar funcionários, mas o avanço da ômicron pode atrapalhar as expectativas nos próximos meses, avalia a FecomercioSP.

Os números de janeiro ainda foram positivos, porém, o horizonte traz incertezas diante da desaceleração do consumo e da baixa perspectiva de crescimento da atividade econômica neste ano.

O índice de confiança dos empresários do comércio para janeiro -que considera a percepção em relação ao segmento, à sua empresa e à economia do país- regis-

trou a oitava alta consecutiva, com avanço de quase 22% na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo levantamento da entidade. Em relação a dezembro, o crescimento foi de 2,1%.

O otimismo para expandir os negócios também subiu 2,3% na comparação mensal, mesmo percentual de avanço do indicador que mede as expectativas para a contratação de trabalhadores.

Segundo a FecomercioSP, os estoques das lojas apresentam sinais de normalização, mesmo diante dos efeitos da falta de insumos no varejo. Na comparação com janeiro de 2021, o índice cresceu 17%.

Joana Cunha/Folhapress



Empresas têm uma semana para apresentar documentos à oferta permanente



As 78 empresas inscritas para participar do 3º Ciclo da Oferta Permanente têm até a próxima quinta-feira (3) para apresentar novas declarações de setores de interesse, acompanhadas de garantias de oferta. A informação foi divulgada ontem (27) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo a Agência ANP, a oferta permanente é uma modalidade de concessão de blocos e de áreas com acumulações marginais para exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural. Nessa modalidade, há a oferta contínua de blocos exploratórios e áreas com acumulações marginais localizados em quaisquer bacias

terrestres ou marítimas.

Após ter sua inscrição aprovada no processo, a empresa pode declarar interesse em um ou mais blocos e áreas ofertados no edital. O ciclo da Oferta Permanente começa depois da aprovação, pela Comissão Especial de Licitações (CEL) da ANP, de uma ou mais declarações de interesse, com a divulgação de seu cronograma pela comissão.

Os ciclos correspondem à realização das sessões públicas de apresentação de ofertas para um ou mais setores que tiverem declaração de interesse. No dia da sessão pública, as empresas inscritas podem fazer ofertas para blocos e áreas com acumulações marginais nos setores em licitação naquele ciclo.

Estão fora da Oferta Per-

manente os campos ou blocos situados na área do pré-sal ou em áreas estratégicas, que só poderão ser licitados nesse sistema por determinação específica do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A ANP informou, ainda, que as declarações de setores de interesse, acompanhadas de garantias de oferta, deverão ser entregues exclusivamente no serviço de Protocolo do Escritório Central da ANP, aos cuidados da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), ou remetidas à ANP por serviço de entrega expressa contratado pela empresa.

O serviço de Protocolo da agência está funcionando em horário normal, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. ABR

Política

Bolsonaro baixa MP que autoriza Brasil a retaliar países que tenham descumprido acordos na OMC



O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou uma medida provisória (MP) que autoriza o país a suspender concessões e a retaliar membros da OMC (Organização Mundial do Comércio) que tenham descumprido acordos.

A MP foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (27).

De acordo com o Palácio do Planalto, a mudança ocorre devido a uma paralisação no Órgão de Apelação da OMC, desde dezembro de 2020, devido à impossibilidade de se nomear novos integrantes.

O órgão, que julga recursos em disputas comerciais,

está paralisado por falta de juízes, devido a um bloqueio dos Estados Unidos na indicação de seus membros.

“Assim, nos casos de decisão proferida no âmbito da OMC favorável às alegações brasileiras, a parte perdedora poderá se eximir das consequências da condenação por tempo indeterminado. Simplesmente porque a apelação não será analisada, em função da inviabilidade de análise do pedido pelo Órgão de Apelação. Ou seja, a contraparte apresentará um pedido de apelação ‘no vazio’”, diz nota do Planalto.

Dessa forma, a medida publicada nesta quinta (27) prevê que, quando a decisão na

primeira instância (painel) do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC for favorável ao Brasil, o país poderá “suspender a aplicação de concessões ou de outras obrigações para o referido membro”.

Na prática, isso permite que o governo brasileiro adote retaliações comerciais.

Para que isso ocorra, o texto prevê duas condições: a apelação do país prejudicado não possa ser julgada pelo Órgão de Apelação ou o relatório deste não possa ser aprovado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC; e tenha decorrido 60 dias da notificação do Brasil ao outro país.

Marianna Holanda/Folhapress

Moro recebeu R\$ 200 mil por parecer contra a Vale antes de consultoria nos EUA



O pré-candidato à Presidência Sergio Moro (Podemos) recebeu cerca de R\$ 200 mil por um parecer de 54 páginas que emitiu em novembro de 2020 em resposta a uma consulta do empresário israelense Beny Steinmetz, pivô de um litígio internacional bilionário com a Vale.

O trabalho, cuja conclusão foi contrária aos interesses da mineradora brasileira e favorável aos do israelense, veio a público dias após o ex-juiz federal encerrar a quarentena de seis meses que cumpriu devido à sua participação no governo Jair Bolsonaro, como ministro da Justiça.

Menos de um mês depois da emissão desse parecer, a empresa de consultoria Alva-

Magistrados de SP querem novo bônus no salário por alegado excesso de trabalho

A criação de um novo auxílio financeiro para magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça de São Paulo, desta vez voltado para compensar uma alegada sobrecarga de trabalho, ganha força dentro da corte.

Para 2022, por exemplo, o órgão triplicou o limite do reembolso pago a título de auxílio-saúde, que subiu de 3% para 10% do valor dos salários.

Além desse benefício, membros do Judiciário paulista devem analisar a criação de outro adicional, o auxílio-acervo, voltado a magistrados que acumulam serviço, como duas varas distintas, com valor correspondente a um terço do salário para cada 30 dias.

Um adicional nesses moldes já é pago em outras cortes do país.

Os desembargadores ganham R\$ 35.462,22, mas com

os chamados penduricalhos esse valor pode subir para R\$ 56 mil, sem contar os descontos. Já os menores salários, de juízes substitutos, são de R\$ 28.883.

O tema foi levantado neste ano pelo vice-presidente do TJ, desembargador Guilherme Gonçalves Strenger, e tem apoio de entidade que representa os magistrados paulistas. O assunto, porém, ainda precisa do aval da presidência do órgão.

Em discurso de posse no início deste ano, Strenger defendeu a medida diante da sobrecarga dos magistrados que, para ele, chega a “limites insuportáveis”.

Ele citou que, sem magistrados para assumir as varas durante férias e licenças, “o acúmulo de trabalho e formação de acervo torna-se praticamente inevitável”.

Artur Rodrigues/Folhapress



rez & Marsal, administradora judicial do processo de recuperação do Grupo Odebrecht, anunciou a contratação do ex-ministro como sócio-diretor para atuar na área de disputas e investigações.

Moro vem sendo pressionado a divulgar quanto recebeu da Alvarez & Marsal, já que a firma foi nomeada para administrar a recuperação judicial de empreiteiras alvos da Lava Jato, a operação que tem no ex-juiz federal o seu maior símbolo.

A remuneração é alvo de investigação no TCU (Tribunal de Contas da União) por suspeita de conflito de interesse. Moro disse que divulgará os valores nesta sexta-feira (28).

O parecer do ex-juiz para

Beny Steinmetz insere-se em um caso em que a Vale tenta receber uma indenização bilionária devido ao fracasso da joint venture com o israelense para a exploração de uma das maiores minas de minério do mundo, a de Simandou, na República da Guiné, país da África Ocidental.

O documento escrito por Moro —em papel timbrado da Wolff Moro Sociedade de Advocacia, escritório dele em sociedade com a mulher, Rosângela Moro— conclui que, em tese, executivos da Vale teriam prestado informações falsas e ocultado do mercado e de seus acionistas, de forma fraudulenta, as reais condições em que fechou o negócio com Beny.

Ranier Bragon/Folhapress

Fusões & Aquisições

Petz compra líder em tapete higiênico para cães e ação dispara 10%



As ações da Petz (PETZ3) sobem 10% nesta quarta-feira, 26, após a rede de petshop anunciar a compra da Petix, avaliada em 70 milhões de reais. As principais marcas da empresa, responsáveis por 70% de sua receita, são a WizSmart, com atuação nos Estados Unidos, e a SuperSeção, líder de vendas de tapetes higiênicos para cachorros no Brasil.

O faturamento bruto da Petix foi de 135 milhões de reais, no ano passado, apresentando uma taxa de crescimento anual de 29% entre 2019 e 2021. Parte da expansão se deve à popularização de seu dos tapetes higiênicos, utilizado para que os cães façam suas necessidades no “lugar certo”. A Petz projeta

um aumento de 4 a 5 vezes na comercialização atual do produto. Cerca de 300.000 cachorros já utilizam os tapetes da Petix de forma recorrente.

Um dos pontos fortes da companhia está no processo de fabricação do produto, que utiliza gel absorvente extraído de fraldas humanas que não foram utilizadas e que seriam descartadas. A empresa, segundo a Petz, é capaz de reprocessar mais de 600 milhões de fraldas humanas por ano. A companhia conta com 8.000 pontos de venda, que ajudarão a Petz a ampliar sua cobertura nacional e seu índice omnichannel.

“A aquisição da Petix confirma nossa proposta de nos associarmos a líderes de mercado, com diferenciais relevantes em suas áreas de

atuação, trazendo novas competências para o Grupo Petz e contribuindo com a nossa visão de ser mundialmente reconhecido como o melhor ecossistema do segmento pet até 2025”, afirma, em nota, Sergio Zimerman, CEO e fundador da Petz.

A Petz manterá os principais executivos à frente da operação da Petix, incluindo os fundadores Rogério Haddad, CEO, e Luiz Fernandes, CMO.

A transação envolve 35 milhões de reais em ações mais 25 milhões de reais em dinheiro por 100% do capital da Petix. Na data da incorporação da companhia, seus atuais acionistas receberão 1,650 milhão de novas ações da Petz.

Oferta da Aliansce Sonae pela brMalls pode virar aquisição hostil, afirma Ágora

A oferta da Aliansce Sonae (ALSO3) para uma potencial combinação de negócios com a brMalls (BRML3) pode se transformar em uma aquisição hostil (ou seja, quando uma parte compra outra que tem seu capital pulverizado na bolsa de valores sem passar pelo processo de negociação), diz a Ágora Investimentos.

Em fato relevante divulgado na segunda-feira (24), a brMalls informou que o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), que detém 23% de participação na Aliansce, obteve 5,76% das ações em circulação da companhia.

A brMalls destacou no documento que a CPPIB é acionista integrante do bloco de controle da Aliansce.

Segundo a Ágora, a aquisição de participação do CPPIB pode ser visto como

uma tentativa de reter um lance bem mais alto.

A corretora não descarta, no entanto, um ajuste na oferta original da Aliansce que ainda tornaria a fusão um arranjo “ganha-ganha” (atualmente, a relação BRML3/ALSO3 está sendo negociada 9,6% acima da relação de swap proposta).

“Para ALSO, o prêmio a ser pago pode liberar um valor muito maior em sinergias, visibilidade e liquidez das ações, o que deve ajudar a fechar a significativa lacuna de avaliação na qual as ações atualmente são negociadas com seus pares. Para a BRML, incorporar os ativos da ALSO com um desconto relativo e ainda receber um rendimento de caixa de 20% parece uma boa proposta, que ainda pode ser seguida por todo o potencial de ganho das sinergias”, avalia a corretora.

Money Times



Exame

Queda da bolsa no Brasil cria alvos de aquisição



A grande atividade em torno de fusões e aquisições nas duas primeiras semanas do ano no Brasil surpreendeu os executivos de bancos de investimento.

Com a economia em recessão, inflação a duplos dígitos e a expectativa de uma eleição presidencial polarizada, muitas empresas perderam valor na bolsa e tornaram-se alvos fáceis de aquisição.

“Há muito tempo não via um início de ano com um volume tão alto de fusões e aquisições”, disse Roderick Greenlees, chefe global de investmentbanking do ItaúBBA.

O índice Ibovespa caiu 17% nos últimos seis meses, e o real perdeu 5% em relação ao dólar, com as preocupações

relativas aos riscos macroeconômicos, piora da disciplina fiscal e incertezas eleitorais.

As empresas mais frágeis são aquelas listadas recentemente na bolsa e que perderam valor de mercado significativo desde suas ofertas públicas iniciais de ações (IPOs), segundo os executivos.

As varejistas de móveis Mobly e Westwing, a empresa de programa de fidelidade Dotz, a companhia de terceirização de serviços Getninjas e a Oceanpact, de engenharia marítima, perderam mais de 70% do valor desde seus IPOs, no ano passado.

“Há muitas empresas listadas de pequeno a médio porte que teriam dificuldades para acessar os mercados de capitais e levantar mais

dinheiro, então as fusões e aquisições são uma alternativa mais confiável ou a única alternativa”, disse Gustavo Miranda, chefe de investment banking do Banco Santander Brasil.

O Banco Modal, por exemplo, perdeu quase 60% do valor desde seu IPO em abril, e recebeu uma oferta de aquisição da XP este mês.

A discussão entre as empresas de shopping Aliansce Sonae e BR Malls para uma fusão também ocorrem após queda de mais de 20% das ações de ambas companhias frente a um ano antes. O negócio parece ser motivado pela necessidade de mostrar crescimento e boas notícias aos investidores.

Reuters

CCAB Agro S.A.

CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01

Balanco Patrimonial – 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	30/09/2021	30/09/2020	Passivo	Nota	30/09/2021	30/09/2020	Nota	30/09/2021	30/09/2020	
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	07	28.524	67.573	Fornecedores	20	266.401	261.934	Receita operacional líquida	27	740.309	898.673
Contas a receber de clientes	08	381.062	587.494	Empréstimos e financiamentos	21	110.707	131.210	Custos dos produtos e mercadorias vendidas	28	(620.339)	(746.825)
Estoques	09	137.447	196.492	Partes relacionadas	11	139.716	173.265	Lucro bruto		119.970	151.848
Impostos a recuperar	10	41.321	7.707	Instrumentos financeiros				Despesas operacionais		(33.315)	(55.344)
Partes relacionadas	11	2.280	1.779	derivativos	12	9.466	8.031	Despesas com vendas	28	(33.315)	(55.344)
Instrumentos financeiros				Obrigações com pessoal	22	4.032	2.684	Despesas administrativas e gerais	28	(33.101)	(35.955)
derivativos	12	13.870	15.897	Impostos e contribuições a recolher	24	6.269	1.050	Outras despesas operacionais	29	(47.833)	(15.168)
Outros ativos circulantes	13	51.933	38.068	Passivo de arrendamento	18	1.664	1.402	Total das despesas operacionais		(114.249)	(106.467)
Ativos mantidos para venda	14	5.290	21.419	Outros passivos circulantes	25	32.290	57.588	Despesas financeiras		(63.154)	(163.888)
		661.727	936.429			570.545	637.164	Resultados financeiros líquidos	30	(14.114)	(89.156)
Não circulante				Não circulante				Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(8.393)	(43.775)
Contas a receber de clientes	08	37.846	33.940	Partes relacionadas	11	–	257.560	Imposto de renda e contribuição social	15	37.547	11.523
Impostos diferidos	15	73.280	77.020	Passivo de arrendamento	18	5.855	5.738	Correntes	15	25.531	(16.466)
Impostos a recuperar	10	–	1.234	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	4.375	3.286	Diferidos	15	12.016	27.989
Outros ativos não circulantes	13	11.510	–	Outros passivos não circulantes	25	969	–	Lucro (prejuízo) líquido do exercício		29.154	(32.252)
		122.636	112.194			11.199	266.584	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Imobilizado	17	1.403	1.994	Patrimônio líquido							
Ativos de direito de uso	18	6.819	6.604	Capital Social	26	110.198	110.198				
Intangível	19	42.228	39.677	Reserva de capital		107.523	107.523				
		50.450	48.275	Reserva de lucros		35.228	6.074				
Total do ativo		834.813	1.096.898	Outros resultados abrangentes		120	(30.645)				
				Lucro (prejuízo) líquido do exercício		253.069	193.150				
				Total do passivo e patrimônio líquido		834.813	1.096.898				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)										
	Nota	Reserva de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	emissão de ações	Reserva de capital	Retenção de lucros	Reserva para incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados			
Saldos em 30 de junho de 2019		110.198	28.324	79.199	593	36.024	–	–	254.100	
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	(32.252)	(32.252)	
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos		–	–	–	–	–	–	(26.407)	(26.407)	
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		–	–	–	–	–	–	(32.252)	(58.659)	
Transação com acionistas e constituição de reservas		–	–	–	–	–	–	–	–	
Dividendos propostos de exercícios anteriores		–	–	–	–	(2.291)	–	–	(2.291)	
Absorção de prejuízo do exercício		–	–	–	–	(32.252)	–	–	–	
Saldos em 30 de setembro de 2020		110.198	28.324	79.199	593	1.481	–	(30.645)	193.150	
Saldos em 1º de Outubro de 2020		110.198	28.324	79.199	4.593	1.481	–	(30.645)	193.150	
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	29.154	29.154	
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos		–	–	–	–	–	–	–	30.765	
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		–	–	–	–	–	–	–	30.765	
Transação com acionistas e constituição de reservas		–	–	–	–	–	–	–	59.919	
Constituição de reserva legal	26c	–	–	–	1.458	–	–	(1.458)	–	
Retenção e lucros	26d	–	–	–	–	27.696	–	(27.696)	–	
Constituição de Reserva para incentivos fiscais		–	–	–	–	(39.264)	39.264	–	–	
Saldos em 30 de setembro de 2020		110.198	28.324	79.199	051	(10.087)	39.264	–	120	253.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A CCAB Agro S.A. (“Companhia”), constituída em 30 de maio de 2007, com sua sede social localizada na Alameda Santos, 2.159 – 6 andar, São Paulo, estado de São Paulo, tem como missão primordial o desenvolvimento do negócio de defensivos agrícolas, gerando para seus sócios valor incremental através de toda a cadeia produtiva do agronegócio. Como parte do plano de desenvolvimento da Companhia, em 29 de dezembro de 2016, a Companhia passou a ter como seu sócio controlador a INVIVO, um grupo francês, com mais de 200 Cooperativas associadas, que tem suas atividades divididas em três áreas: Agricultura (“Invivo Agro”); Varejo (“Invivo Retail”); e Vinho (“Invivo Wine”). Atualmente a Companhia tem como sócias as empresas INVIVO Agrosociências e CCAB Participações Ltda. Ainda em 08 de junho de 2020, através de AGE, a Companhia alterou seu estatuto para mudar a data-base de seu exercício social para 30 de setembro de cada ano. Sendo assim, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa do ano anterior compreendem o período de 1º de julho de 2019 até 30 de setembro de 2020, correspondendo a um período de 15 meses. As demonstrações do ano corrente se referem ao período de 1º de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, correspondendo a um período de 12 meses. Desta forma, as demonstrações não estão em bases comparativas, haja vista a discrepância do período de abrangência de um exercício para o outro.

2. Base de preparação – A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 24 de janeiro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação – Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos – As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa, periódica e tempestivamente, estas estimativas e suas premissas pelo menos anualmente. Caso haja modificações advindas das revisões das estimativas estas são reconhecidas prospectivamente. i) **Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30 de setembro de 2021 e exercícios futuros estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9 – Estoques – provisão para perdas na realização dos estoques. • Nota Explicativa nº 15 – Impostos diferidos – realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota Explicativa nº 19 – Intangível – recuperação de custos de desenvolvimento e taxas de amortização. • Nota Explicativa nº 12 – Instrumentos financeiros – Valorização e mensuração. • Nota Explicativa nº 18 – Direito de uso – estimativa taxa incremental de juros

5. Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo custo amortizado; • Descontos concedidos e obtidos sobre as operações; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ajuste a valor presente dos saldos de contas a receber, fornecedores e estoques; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de derivativos que não estão designados para hedge accounting. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. i) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o balanço espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. j) **Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Companhia, bem como, os gastos incorridos para obtenção de registros para produção e comercialização de defensivos agrícolas e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 19, e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os com vida útil indefinida, os quais não são amortizáveis, tem o seu valor recuperável testado anualmente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. k) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são

... continuação

os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reterem substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferirem o controle sobre o ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação conforme descrito abaixo: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivo a Custo amortizado: O valor pelo qual o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento. **Desreconhecimento (baixa)** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. No caso de renegociação, quando os fluxos de caixa contratuais de passivo financeiro forem renegociados ou de outro modo modificados e a renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento desse passivo financeiro de acordo com este pronunciamento, a entidade deve recalcular o valor contábil bruto do passivo financeiro e reconhecer o ganho ou a perda na modificação no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos (empréstimos) visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por vendas realizadas em moeda estrangeira e compras a serem realizadas em moeda estrangeira de fornecedores estrangeiros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela fixa da variação cambial dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. As operações de swap não são designadas para hedge accounting, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro. Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: • Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; • Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou • Hedge de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. O índice de hedge é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de hedge e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de Hedge da Companhia. Hedge de valor justo: A cobertura de valor justo atende aos critérios de qualificação definidos pelo CPC 48. A relação de proteção é contabilizada da seguinte forma: (a) O ganho ou a perda no instrumento de hedge é reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes, se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes. (b) O ganho ou a perda protegida no item protegido é ajustado ao valor contábil do item protegido (se aplicável) e é reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegida no item protegido é reconhecido no resultado. Contudo, se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores permanecem em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequente à sua designação, é reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda correspondente reconhecida no resultado. Quando o item protegido no hedge de valor justo é um compromisso firme (ou componente dele) para adquirir o ativo ou assumir o passivo,

o valor contábil inicial do ativo ou passivo que resulte do atendimento pela entidade do compromisso firme é ajustado para incluir a alteração acumulada no valor justo do item protegido que foi reconhecido no balanço patrimonial. Os ajustes incidentes do item (b) é amortizado no resultado, se o item protegido for instrumento financeiro (ou componente dele) mensurado ao custo amortizado. A amortização pode ter início assim que houver o ajuste e inicia-se quando o item protegido deixa de ser ajustado para ganhos e perdas de hedge. A amortização é baseada na taxa de juros efetiva, recalculada na data em que começa essa amortização. No caso de ativo financeiro (ou componente dele) que seja um item protegido e que seja mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é aplicada a amortização da mesma forma, mas ao valor que representa o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecido, em vez de ajustar o valor contábil. Hedge de fluxo de caixa: A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro. Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido em conta separada no grupo de outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. l) **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos conforme definido em Estatuto Social, quando exigíveis, são reconhecidos como passivo. m) **Redução ao valor recuperável – impairment:** Ativos não financeiros: A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. n) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. o) **Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. p) **Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais, internas e externas, da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 24. q) **Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base nas taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos do ativo e do passivo. A Administração efetuou análise dos valores do ativo e do passivo, vis-à-vis os prazos das operações e suas condições contratuais, identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente de ativos e passivos seja aplicável e relevante em relação às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, sendo ajustadas as rubricas "Contas a receber de clientes", conforme Nota Explicativa nº 8, e "Contas a pagar – fornecedores", conforme Nota Explicativa nº 20. r) **CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** A CCAB avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A CCAB reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Escritório Comercial: 10 anos • Veículos automotores: 2 anos: Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados

CCAB Agro S.A.

durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. s) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** A CCAB aplicou, pela primeira vez, certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios:** As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCAB, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios. **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscita incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCAB, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. **Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material:** As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é considerada material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a CCAB. **Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:** O pronunciamento revisado apresenta alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCAB. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CCAB. t) **Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: (i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). (ii) Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) O que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o

impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. u) **Efeitos covid:** Em março de 2020, a OMS classificou o surto de Covid-19 como uma pandemia, com base no rápido contágio em escala global que teve origem em Wuhan na China. A Companhia está trabalhando ativamente nas ações de prevenção, assim auxiliando no controle da disseminação do Covid-19, instituiu um plano de contingência para tratar do tema do Covid-19, e através desse plano estabeleceu processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação diária da situação, alinhados com as diretrizes da OMS, com objetivo de colaborar e superar esse desafio global, garantindo também a sustentabilidade do seu negócio, contemplando os seguintes aspectos: a) **Responsabilidade social (i)** Adoção home office para todos os colaboradores no período de março/2020 até agosto/2020; (ii) Restrições de eventos, treinamentos, reuniões, visitas e viagens; (iii) Retorno parcial ao escritório a partir de setembro/2020, com quantidade reduzida de colaboradores; (iv) Adaptação das instalações físicas no escritório para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação; (v) Programa contínuo de comunicação geral com orientações de hábitos, cuidados com higiene, fornecimento de máscaras, álcool em gel e palestras com médicos; (vi) Utilização da máscara de forma obrigatória em todas as instalações da Companhia; (vii) Disponibilização de um canal de serviço de orientação e apoio emocional a colaboradores e seus familiares; b) **Redução do valor recuperável ("Impairment")** A Companhia, diante do atual cenário, analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas informações e concluiu que até o momento, a pandemia da Covid-19 não alterou sua avaliação quanto aos valores recuperáveis dos seus ativos.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	30/09/2020
Caixa e bancos	27.923	16.140
Aplicações financeiras	601	51.433
	28.524	67.573

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 60 a 100% (60 a 100% em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Contas a receber de clientes

	30/09/2021	30/09/2020
Mercado interno	436.266	639.305
(-) Ajuste a valor presente (a)	(13.670)	(14.373)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.688)	(3.498)
	418.908	621.434
Circulante	381.062	587.494
Não circulante	37.846	33.940

(a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de setembro de 2021 a taxa de desconto de 4,95% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (5,64% em 2020). Abaixo demonstramos o movimento na provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber:

	30/09/2021	30/09/2020
Saldo inicial	(3.498)	-
Adições	(1.537)	(3.498)
Reversões	1.347	-
Saldo final	(3.688)	(3.498)

O vencimento do Contas a Receber na data base das demonstrações financeiras está demonstrado a seguir:

	30/09/2021	30/09/2020
À vencer	345.024	313.406
Vencidos:		
Até 30 dias	73.861	299.373
Entre 31 a 60 dias	-	6.023
Entre 61 a 90 dias	877	-
Entre 91 a 180 dias	2.868	9.249
Acima de 180 dias	13.636	11.290
	436.266	639.305
(-) Ajuste a valor presente	(13.670)	(14.373)
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (a)	(3.688)	(3.498)
	418.908	621.434

(a) A Companhia adotou em 1º de julho de 2019, as diretrizes do IFRS 9/CPC48 "Instrumentos financeiros", nova norma que determinou o reconhecimento de provisões para perdas estimadas do Contas a receber (PECLD), a partir de métricas que definem a capacidade de seus clientes em honrar com seus compromissos. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CCAB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, na rubrica de despesas administrativas.

9. Estoques

	30/09/2021	30/09/2020
Produtos acabados	137.796	186.329
Estoques em poder de terceiros	8.622	17.177
Estoques em trânsito	649	-
(-) Ajuste a valor presente	(4.870)	(6.475)
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(4.750)	(539)
	137.447	196.492

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	30/09/2021	30/09/2020
Saldo inicial	(539)	(94)
Adições (a)	(4.747)	(534)
Reversões (b)	536	89
Baixas	-	-
Saldo final	(4.750)	(539)

(a) A Empresa adotou, em 1º de setembro de 2020, a política de cálculo de Excesso e Obsolescência do Grupo Invo, mais conservadora. (b) No período ocorreram reversões de provisões por conta de faturamentos de produtos anteriormente provisionados. A empresa fez campanha promocional que resultou na venda desses produtos. Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de setembro de 2021 a taxa de desconto de 4,95% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (5,64% em 30 de setembro de 2020).

10. Impostos a recuperar

	30/09/2021	30/09/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	5.780	1.169
Imposto de renda retido no fonte – IRRF	661	320
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	18.657	3.404
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	13.821	2.863
Programa de integração social – PIS	351	120
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	992	108
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	1.042	910
Outros créditos tributários	17	47
	41.321	8.941
Circulante	41.321	7.707
Não circulante	-	1.234

continua ...

... continuação

CCAB Agro S.A.

11. Partes relacionadas – As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes. Em 30 de setembro de 2021 e 2020 não houve a necessidade de constituição de “impairment” (provisão para perdas esperadas de créditos) envolvendo operações com partes relacionadas.

	30/09/2021		30/09/2020	
	Mútuo a receber	Nota de crédito despesas administrativas	Mútuo a receber	Nota de crédito despesas administrativas
Invivo Group (a)	-	2.173	-	1.431
Bioline Latam	-	59	-	5
DTI Sementes	-	48	320	23
	-	2.280	320	1.459

(a) Valor referente a mútuo na prestação de serviço de TSA (“Technical Service Agreement”) a pagar líquido das despesas anuais a receber do grupo Invivo que compõe a posição net de R\$2.173 em 30 setembro de 2021 (R\$1.431 em 30 de setembro de 2020)

	30/09/2021		30/09/2020	
	Mútuo a pagar	Fornecedores e Serviços a pagar	Mútuo a pagar	Fornecedores e Serviços a pagar
CCAB Participações Ltda.	-	927	-	868
Invivo Group (b)	137.929	-	429.266	1
Invivo Agrosciences Corporate.	-	320	-	208
Union Invivo Siege	-	367	-	-
Bioline Latam	-	173	-	-
Aegilops Applications	-	-	-	474
	137.929	1.787	429.266	1.551

(b) O valor de R\$137.929 corresponde a um contrato de Mutuo obtido pela Companhia junto a sua controladora nos anos de 2017, 2018 e 2019 remunerados a 5% a.a. Os saldos das transações com partes relacionadas em 30 de setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, que influenciaram o resultado do exercício são os seguintes:

	30/09/2021		30/09/2020	
	Despesas financeiras com mútuo	Honorários de consultoria (despesa administrativa)	Receita com venda de produtos	Outras receitas despesas administrativas
CCAB Participações Ltda.	(18.933)	18.669	-	-
Invivo Group	-	-	-	-
Invivo Agrosciences Corporate.	-	(644)	-	-
Bioline Latam Participações Eireli.	-	-	784	(147)
DTI Sementes	-	-	-	398
	(18.933)	18.669	784	251

12. Instrumentos financeiros – a) **Classificação contábil e valores justos:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo ou custo amortizado com vencimentos na Safra seguinte 21/22. **Instrumentos financeiros classificados por categoria 30/09/2021**

Nível	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Custo amortizado	Total	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Custo amortizado	Total
	Valor justo por meio do resultado	Resultado	Total			Valor justo por meio do resultado	Resultado	Total		
Ativos										
Caixa e equivalentes de caixa	1	28.524	-	28.524	-	67.573	-	-	-	67.573
Aplicações financeiras	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	2.280	2.280	-	-	-	-	1.779
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	13.870	-	13.870	-	15.897	-	15.897	-
Outros ativos circulantes	-	-	-	51.933	51.933	-	-	-	38.068	38.068
Outros ativos não circulantes	-	-	-	11.510	11.510	-	-	-	-	-
		28.524	13.870	484.631	527.025	67.573	15.897	661.281	744.751	810.143

Passivos

Nível	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Custo amortizado	Total	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Custo amortizado	Total
	Valor justo por meio do resultado	Resultado	Total			Valor justo por meio do resultado	Resultado	Total		
Fornecedores	-	-	-	266.401	266.401	-	-	-	261.934	261.934
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	10.707	110.707	-	-	-	131.210	131.210
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	9.466	-	9.466	-	8.031	-	8.031	-
Outros passivos circulantes	-	-	-	32.290	32.290	-	-	-	57.588	57.588
Outros passivos não circulantes	-	-	-	969	969	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	139.716	139.716	-	-	-	430.825	430.825
		-	9.466	550.083	559.549	-	8.031	881.557	889.588	922.142

Valor justo versus valor contábil: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: *Nível 1* – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; *Nível 2* – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; *Nível 3* – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de preço dos defensivos agrícolas, de taxa de câmbio e de taxa de juros). *i) Risco de crédito:* Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral são garantidas por Cédula de Propriedade Rural (CPR) ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes selecionada e devido à baixa concentração de suas operações. As operações de venda a prazo com exposição acima de USD75 mil têm CPRs como garantia, bem como a Companhia tem por prática de crédito ter concentração máxima por cliente de até 5% do seu portfólio total de recebíveis. A Companhia possui ainda um importante mitigante de risco que está baseado em regra de governança do Acordo

	30/09/2021		30/09/2020	
	Receitas financeiras com mútuo	Despesas financeiras com mútuo	Honorários de consultoria (despesa administrativa)	Receita com venda de produtos
CCAB Participações Ltda.	25	-	(229)	-
Invivo Group	-	(29.178)	-	-
Invivo Agrosciences Corporate.	-	-	2.105	-
Bioline Latam Participações Eireli.	2	-	-	-
DTI Sementes	-	-	-	320
	27	(29.178)	1.876	320

de Acionistas de sua holding, onde cada grupo acionista responde cumulativamente com seus dividendos futuros e ações pelas obrigações de seus produtores. *ii) Risco de liquidez:* A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação a manutenção de planos de financiamento de dívida. *a) Aging passivos futuros:* O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações na data de 30 de setembro de 2021

		30/09/2021					30/09/2020				
		Saldo contábil	Depreciação taxa (-50%)	Apreciação taxa (+25%)	Saldo contábil	Depreciação taxa (-50%)	Apreciação taxa (+25%)	Saldo contábil	Depreciação taxa (-50%)	Apreciação taxa (+25%)	
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 30 de setembro de 2022		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Até 30 de setembro de 2022		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	

iii) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. *b) Risco de preço dos defensivos agrícolas:* Esse risco é proveniente da volatilidade dos preços dos defensivos agrícolas negociados pela Companhia. No caso de ocorrer uma variação relevante nos preços dos defensivos agrícolas, a Companhia é capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, sem impactar a margem de lucro visto que a programação de suas compras é efetuada de forma coordenada com os seus pedidos de venda colocados. *c) Risco de taxa de câmbio:* O resultado da Companhia está suscetível a sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte americano, decorrentes da captação de recursos no mercado e da venda de produtos atrelados à variação da taxa de câmbio da moeda estrangeira. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado a política de evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, configurando assim operações com hedge natural quando isso não é possível as exposições cambiais oriundas do descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira devem ser neutralizadas através da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos elegíveis para fins de hedge política estabelecida pela Administração da Companhia. *d) Análise de sensibilidade:* Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros a CCAB realiza quatro cenários de moeda estrangeira em relação a taxa de câmbio vigente em 30 de setembro de 2021 (30 de setembro de 2020), conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2021		30/09/2020		30/09/2021		30/09/2020	
	Saldo contábil	Depreciação taxa (-50%)	Apreciação taxa (+25%)	Saldo contábil	Depreciação taxa (-50%)	Apreciação taxa (+25%)	Saldo contábil	Depreciação taxa (-50%)
Ativos	5,4394	2,7197	4,0796	8,1591	6,7993	5,6407	2,8204	4,2305
Contas a receber de clientes	294.619	147.309	220.964	441.928	368.274	556.077	278.038	417.058
Instrumentos financeiros derivativos	13.870	241.822	122.391	329.873	165.526	15.897	96.552	43.809
Total	308.489	389.132	343.355	771.801	533.800	571.973	374.590	460.866
Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	233.114	116.557	174.836	349.672	291.393	259.331	129.665	194.498
Comissões sobre vendas a pagar	3.350	1.675	2.512	5.025	4.187	5.845	2.923	4.384
Instrumentos financeiros derivativos	9.185	327.528	163.174	235.913	116.476	8.031	153.040	68.055
Outras contas a pagar com partes relacionadas	137.929	68.964	103.447	206.893	172.411	429.266	214.633	321.950
Total	383.579	514.725	443.969	797.503	584.468	833.683	565.866	687.294

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas ao Dólar. Base informativa: ptax banco central 30 de setembro de 2021. *e) Risco de taxas de juros:* A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI, nos empréstimos, debêntures e mútuos com partes relacionadas. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. A estabilidade da taxa CDI para o próximo exercício social, manteria o patrimônio e o resultado do exercício. Um aumento ou redução da taxa CDI para o próximo exercício teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto, considerando que todas as outras variáveis mantêm-se constantes.

	NE	Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa	
			Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)		Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)
Ativos			4,95%	2,48%	3,71%	7,43%	6,19%	5,64%	2,82%	4,23%	8,46%
Contas a receber de clientes	08	436.266	13.670	6.835	10.253	20.505	23.923	639.305	14.373	7.187	10.780
Estoques	09	147.067	4.870	2.435	3.653	7.305	8.523	203.506	6.475	3.238	4.856
Contas a receber com a venda de ativos	13	16.355	1.572	786	1.179	2.358	2.751	-	-	-	-
Outras contas a receber	13	730	72	36	54	108	126	-	-	-	-
Total Ativos		600.418	20.184	10.092	15.138	30.276	35.322	842.811	20.848	10.424	15.636

	Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa	
		Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)		Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)
Passivos			4,95%	2,48%	3,71%	7,43%	6,19%	5,64%	2,82%	4,23%
Fornecedores	20	266.401	5.006	2.537	3.780	7.410	6.216	261.934	1.883	958
Total Passivos		266.401	5.006	2.537	3.780	7.410	6.216	261.934	1.883	958

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas a taxa de juros (AVP).

	Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo contábil	Depreciação taxa		Apreciação taxa	
		Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)		Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (+25%)
Passivos			6,15%	3,08%	4,61%	9,23%	7,69%	1,90%	0,95%	1,43%
Empréstimos	93.558	1.908	954	1.431	2.862	2.385	131.210	-	-	-
Total Passivos	93.558	1.908	954	1.431	2.862	2.385	131.210	-	-	-

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas a taxa de juros (CDI). Em 2019 não havia empréstimos atrelados ao CDI.

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito acima. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados com base nos seus controles internos. Para gestão das suas exposições cambiais, a Companhia contrata instrumentos derivativos com o objetivo de hedge (NDFs de dólar norte americano). A tabela abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. **Demonstrativo das respectivas contrapartes e mercado de negociação ou de registro dos instrumentos:** O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações:

Tipo de ativo	Inde-xador/ moeda	Local de registro	Contraparte	Vencimento	Valor de referência	30/09/2021		30/09/2020	
						Ganho	Perda	Ganho	Perda
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	30/11/2020	3.000	-	-	770	-
Non deliverable forwards	USD	BTG Pactual	Cetip	30/12/2020	3.000	-	-	1.360	-
Non deliverable forwards	USD	BTG Pactual	Cetip	30/12/2020	1.000	-	-	137	-
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	02/10/2020	26.923	-	-	6.012	-
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	30/10/2020	5.000	-	-	(1.316)	-
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	30/10/2020	3.000	-	-	(799)	-
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	30/10/2020	5.000	-	-	(1.509)	-

Tipo de ativo	Inde-xador/ moeda	Local de registro	Contraparte	Vencimento	Valor de referência	30/09/2021		30/09/2020	
						Ganho	Perda	Ganho	Perda
Non deliverable forwards	USD								

... continuação

CCAB Agro S.A.

Tipo de ativo	Indexador/ moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Notional			Tipo de ativo	Indexador/moeda	Contraparte	Posição:	Contratação	Maturidade	MTM
					referência	Ganho	Perda							
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	30/11/2020	1.500	-	251	Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Compra	14/05/2021	01/11/2021	103
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	30/11/2020	1.000	-	-	Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Compra	14/09/2021	29/10/2021	252
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	30/11/2020	1.000	-	-	Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Compra	11/08/2021	29/10/2021	353
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	30/11/2020	1.000	-	120	Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Venda	29/09/2021	29/10/2021	(109)
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	30/12/2020	2.500	-	1.083							(366)
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	30/12/2020	1.000	-	237							
Non deliverable forwards	USD	Banco Safra S.A.	Cetip	30/11/2020	2.000	-	299							
Ajuste de Hedge Accounting														
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	01/10/2021	450	-	(21)							
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	10/11/2021	350	-	(11)							
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	19/11/2021	500	99	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	01/12/2021	2.000	293	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	15/10/2021	2.000	222	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	15/12/2021	450	-	(162)							
Non deliverable forwards	USD	Banco ABC Brasil	Cetip	21/12/2021	3.000	542	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Cetip	28/12/2021	2.000	458	-							
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	30/11/2021	1.900	118	-							
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	01/11/2021	4.500	-	(61)							
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	15/10/2021	1.300	-	(314)							
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	29/10/2021	5.000	513	-							
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	29/10/2021	5.000	-	(543)							
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	10/01/2022	1.000	171	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/10/2021	1.300	-	(55)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/12/2021	2.500	67	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/12/2021	1.000	56	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	30/12/2021	1.750	83	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	08/10/2021	1.700	-	(54)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/11/2021	1.000	46	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	20/10/2021	1.000	214	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	17/11/2021	2.000	193	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/12/2021	2.500	-	(405)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/11/2021	9.000	-	(612)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/11/2021	9.500	-	(738)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/12/2021	5.000	-	(305)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/10/2021	2.000	-	(157)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/10/2021	7.500	94	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/10/2021	5.200	-	(709)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	29/10/2021	600	54	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	31/05/2022	500	78	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/11/2021	3.500	425	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	30/11/2021	3.000	1.364	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	15/09/2022	1.000	-	(530)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	15/09/2022	1.000	-	(438)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	15/10/2021	500	67	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	15/12/2021	2.000	275	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	21/12/2021	2.000	644	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	29/10/2021	500	-	(17)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	29/10/2021	7.500	145	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	31/03/2022	6.000	-	(114)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval	Cetip	29/10/2021	800	-	(104)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval	Cetip	01/12/2021	1.000	-	(122)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Cetip	17/11/2021	1.500	510	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Cetip	11/01/2022	2.400	769	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Cetip	30/11/2021	1.000	157	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Cetip	28/12/2021	500	78	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Cetip	19/01/2022	2.500	485	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Cetip	31/01/2022	5.000	972	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú	Cetip	29/10/2021	3.000	-	(707)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú	Cetip	01/10/2021	500	12	-							
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú	Cetip	01/11/2021	4.500	-	(52)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú	Cetip	29/10/2021	550	-	(19)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú	Cetip	30/11/2021	1.900	-	(506)							
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	01/11/2021	400	-	(9)							
Non deliverable forwards	USD	Rabobank Brasil	Cetip	29/10/2021	700	-	(189)							
Non deliverable forwards	USD	Banco Safra S.A.	Cetip	01/04/2022	1.000	-	(8)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	01/12/2021	1.000	382	-							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	17/11/2021	1.750	-	(211)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	02/05/2022	400	-	(8)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	18/01/2022	1.700	-	(798)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	17/11/2021	800	146	-							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	30/11/2021	4.500	-	(85)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	28/12/2021	1.500	-	(28)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	31/01/2022	1.000	-	(18)							
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	25/02/2022	6.500	-	(123)							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	29/10/2021	1.000	358	-							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	29/10/2021	1.500	252	-							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	29/10/2021	7.500	101	-							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	01/12/2021	3.000	108	-							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	01/11/2021	1.500	35	-							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	30/12/2021	1.300	-	(129)							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	01/11/2021	9.000	-	(665)							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	25/02/2022	1.500	-	(25)							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	01/02/2022	600	-	(24)							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	01/10/2021	7.000	74	-							
Non deliverable forwards	USD	Hsbc Bank Brasil	Cetip	01/11/2021	1.000	103	-							
Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Cetip	29/10/2021	4.000	1.807	-							
Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Cetip	29/10/2021	6.000	889	-							
Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Cetip	29/10/2021	2.000	353	-							
Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Cetip	29/10/2021	1.000	-	(19)							
Non deliverable forwards	USD	XP Investimentos	Cetip	29/10/2021	6.000	-	(109)							
Total					13.811	(9.205)	15.897	(8.031)						

b) **Hedge Accounting:** Valor justo: Para fins de proteção cambial a Companhia optou por iniciar o procedimento de hedge accounting, mantendo o controle da exposição cambial com a inclusão de todos os itens de balanço mensurados a valor justo, contas a receber, contas a pagar e empréstimos, negociados em dólar. Instrumentos financeiros qualificados e designados para hedge de valor justo:

Tipo de ativo	Indexador/moeda	Contraparte	Posição:	Contratação	Maturidade	MTM		Reconhecidos no resultado exercício corrente	Reconhecidos no resultado anterior	Reconhecidos no resultado líquido				
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda	27/11/2020	01/10/2021	(55)								
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda	28/01/2021	01/12/2021	67								
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda	29/01/2021	01/12/2021	56								
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda	18/02/2021	01/11/2021	46								
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra	19/04/2021	01/12/2021	(405)								
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra	30/04/2021	01/11/2021	(612)								
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra											

... continuação

CCAB Agro S.A.

e em até 60% para defensivos agrícolas e sementes. O valor do benefício foi utilizado, sendo excluído na apuração do lucro real da Companhia no período de janeiro de 2020 a setembro de 2020, com a utilização desses recursos a Companhia conforme artigo 195-A da Lei 6.404/76 e artigo 30 da Lei 12.973/14. Em dezembro de 2020, a CCAB recebeu homologação da RFB para utilização dos créditos, conforme o quadro abaixo. Neste momento, a empresa reconheceu os ativos nos livros contábeis.

Créditos Referentes à Subvenção ICMS Convênio 100

Natureza do Crédito	2016				2017				2018				2019			
	Principal (a)	Juros	Total		Principal (a)	Juros	Total		Principal (a)	Juros	Total		Principal (a)	Juros	Total	
Total	8.936	9.602	26.192	44.730												

Desde a aprovação, pela Receita Federal, a CCAB tem usado os valores para compensação de impostos federais, tendo utilizado o valor de R\$ 18.383 no exercício 2020/2021. (a) Os valores de principal alocados no resultado referentes aos créditos fiscais da subvenção de ICMS foram registrados como Reserva para Incentivo Fiscal conforme CPC 07, indicando que os valores não comporão a base para distribuição de dividendos da empresa.

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável, abaixo as premissas utilizadas para avaliação efetuada no exercício. • A data-base da avaliação foi 30 de setembro de 2021; • Foi considerado expectativa de inflação futura para os dados avaliados; • As projeções financeiras foram elaboradas em Dólar Americano (USD) e convertidas ao Real brasileiro (BRL) ao fim do cálculo do valor presente, para fins de comparação com o valor contábil do Ativo; • A Companhia realizou projeção por um período de 14 (catorze) anos, entre julho de 2021 e junho de 2035, sendo considerado o valor residual após essa data, tal período foi utilizado para contemplar os fluxos de caixa esperados dos produtos que demandam elevado período até obtenção de registro da marca; • A taxa de crescimento nominal na perpetuidade considerada foi de 4,0% a.a.; • Para descontar os valores dos fluxos de caixa futuros foi utilizada a taxa de desconto nominal de 10,1% a.a. (9,8% em 2020); • Principal critério para composição das unidades geradoras de caixa foi o modo de ação dos produtos, segregados entre fungicidas, herbicidas e inseticidas. As principais premissas utilizadas pela Companhia para elaboração do suas projeções de fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo. • Volumes históricos

21. Empréstimos

Circulante	Vencimentos finais 30/09/2020	Taxas contratuais	Amortização	Juros pagos	Variação Cambial	30/09/2021	30/09/2020
Empréstimos em moeda nacional							
Capital de giro	2,40% a.a. CCC (*)	30/11/2021	-	218.841 (166.999)	(3.826)	4.399	-
Nota de crédito à exportação	2,63% a.a. CCC (*)	30/11/2021	-	56.750	-	1.542	-
Total moeda nacional			-	275.591 (166.999)	(3.826)	5.941	-
Empréstimos em moeda estrangeira							
Capital de giro	3,95% a.a. SSC (**)	28/05/2021	85.594	-	(80.163) (2.417)	1.957	(4.971)
Nota de crédito à exportação	4,35% a.a. SSC (**)	30/10/2020		45.616	(46.272) (641)	168	1.129
Total moeda estrangeira			131.210	-	(126.435) (3.058)	2.125 (3.842)	-
			131.210	275.591 (293.434)	(6.884)	8.066 (3.842)	110.707

(*) CCC – Juros Compostos na Capitalização; Juros Compostos na Descapitalização e dias do Calendário Civil
(**) SSC – Juros Simples na Capitalização; Juros Simples na Descapitalização e dias do Calendário Civil

(a) A Companhia possuía um contrato de exportação de soja, sem beneficiamento fiscal, junto a Louis Dreyfus Company (LDC) no total de R\$36.748 em setembro de 2020, no qual estes adiantamentos foram integralmente compensados mediante aos faturamentos realizados entre outubro de 2020 a janeiro de 2021.

26. Patrimônio líquido – a) **Capital social:** Em 30 de setembro de 2021 e 2020 o capital social integralizado da Companhia é de R\$110.198 correspondente a 35.491.314 ações sem valor nominal representado pelas ações conforme segue:

30 de setembro de 2021 e 2020				
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações classe "A"	Quantidade de ações classe "B"	Total
CCAB Participações Ltda.	14.918.998			14.918.998
	35.491.312	1	1	35.491.314

b) **Reserva de capital:** **Ágio na emissão de ações:** Em 4 de julho de 2017, a Invivo Agrosciences, realizou a integralização de capital social, no montante de R\$33.898, sendo R\$5.574 referentes à integralização de 2.625.640 ações ordinárias, subscritas nos termos da AGE realizada em nesta data, e R\$28.324 referente a contribuição do subscritor que ultrapassou o valor nominal desta emissão das ações destinadas a formação de capital social, sendo esta parcela destinada para a conta de Reserva de Capital, conforme o disposto na alínea "a", parágrafo 1º, do artigo 182 da Lei 6.404/76. c) **Reserva legal:** Do lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, quando aplicável, tem a seguinte destinação: 5% para reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado ou 30% das reservas totais. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$6.051 (R\$4.593 em 30 de setembro de 2020). d) **Retenção de lucros:** No exercício findo em 30 de setembro de 2021, a Administração propôs a retenção de parte do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 27.696. Essa proposição deverá ser submetida a aprovação da assembleia geral da Companhia, nos termos do artigo 196 da lei 6.404/76. e) **Outros resultados abrangentes:** A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa tendo como natureza do risco protegido a variação cambial. Com o objetivo de neutralizar o risco da variação de moeda estrangeira causados pela variabilidade das taxas de câmbio dos resultados previstos em dólar norte-americano, a Companhia adotou a implementação da política de Hedge Accounting. O montante reconhecido neste item refere-se em sua totalidade a efeitos cambiais líquidos de impostos protegidos de acordo com esta política.

27. Receita operacional – Os valores das receitas de vendas de produtos e serviços encontram-se demonstrados por seus valores de faturamento originais deduzidos dos respectivos cálculos de ajuste a valor presente determinados pelo CPC 12 – Ajuste a valor presente, impostos e devoluções, conforme abaixo demonstrado:

	30/09/2021	30/09/2020
Receita bruta de venda de produtos	791.496	1.001.211
Receita bruta de prestação de serviços	-	2.168
Ajuste a valor presente	(27.736)	(43.205)
Impostos incidentes sobre as vendas	(5.020)	(11.161)
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.777)	(6.353)
Total	740.309	898.673

Os pedidos de venda, em sua maioria, são emitidos em dólares e faturados em reais pela P-TAX D-1. A receita de vendas de produtos realizadas pela Companhia são, portanto, atualizadas pelas possíveis variações cambiais. O preço de compra dos produtos vendidos, são negociados em dólares e faturados em reais pela P-TAX D-1. As variações cambiais incorridas entre o momento da compra e o momento da venda dos produtos, impactam o Lucro Bruto contábil da Companhia. A política de Hedge vigente tem a finalidade de neutralizar esse impacto em Resultados Financeiros.

continua ...

16. Subvenções governamentais – A Companhia aproveita de subvenções atreladas aos incentivos de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), regulamentada pelo Convênio ICMS nº 100/17, convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17. O Convênio nº 100/17 prevê a isenção tributária em operações internas e reduz a cobrança do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização interestadual de insumos agropecuários. Também reduz a base de cálculo do ICMS em até 30% para fertilizantes e rações

17. Imobilizado

Custo	Vida útil estimada a.a	30/06/2019	Adições		Baixas		Transfe-rências (*)		30/09/2020		Adições		Baixas		30/09/2021
			Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2021				
Beneficiárias em imóveis de terceiros	2,7 anos	996	-	-	-	-	996	-	-	996	-	-	-	-	996
Computadores e periféricos	4 anos	982	129	(12)	-	-	1.099	17	-	1.116	-	-	-	-	1.116
Equipamentos de comunicação	4 anos	147	11	(8)	-	-	150	40	-	190	-	-	-	-	190
Máquinas e equipamentos	10 anos	559	-	(91)	-	-	468	1	-	469	-	-	-	-	469
Móveis e utensílios	12 anos	330	-	(101)	-	-	229	-	-	229	-	-	-	-	229
Softwares	5 anos	427	-	-	(427)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	5 anos	968	-	-	-	-	968	76	(243)	801	-	-	-	-	801
Total do Imobilizado		4.409	140	(212)	(427)	3.910	134	(243)	3.801						3.801

Depreciação acumulada

Beneficiária em imóveis de terceiros	Vida útil estimada a.a	30/06/2019		Adições		Baixas		Transfe-rências (*)		30/09/2020		Adições		Baixas		30/09/2021
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2021						
Beneficiária em imóveis de terceiros	2,7 anos	(72)	(272)	-	-	-	-	(344)	(218)	-	-	-	-	-	-	(562)
Computadores e periféricos	4 anos	(535)	(166)	8	-	-	-	(693)	(172)	-	-	-	-	-	-	(865)
Equipamentos de comunicação	4 anos	(45)	(32)	-	-	-	-	(77)	(34)	-	-	-	-	-	-	(111)
Máquinas e equipamentos	10 anos	(190)	(63)	61	-	-	-	(192)	(47)	-	-	-	-	-	-	(239)
Móveis e utensílios	12 anos	(140)	(29)	87	-	-	-	(82)	(17)	-	-	-	-	-	-	(99)
Softwares	5 anos	(239)	(13)	-	252	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	5 anos	(286)	(242)	-	-	-	-	(528)	(173)	179	(522)	-	-	-	-	(522)
Total do Imobilizado		(1.507)	(817)	156	252	(1.916)	(661)	179	(2.398)	(2.398)	(2.398)	(64)	1.403	(1.403)	(1.403)	

(*) Transferido para intangível conforme nota explicativa nº 19

18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento – a) **Adoção inicial:** A Companhia adotou em 1º de julho de 2019, as diretrizes do IFRS 16/CPC06 (R2) – "Arrendamentos", nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. **Abordagem de transição:** A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de julho de 2019. A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções: (i) Definição de contrato de arrendamento: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de julho de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: Conforme item 5 (a) CPC06 (R2) a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: Conforme item 5 (b) CPC06 (R2) a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. (iv) Aplicação uma taxa de desconto nica à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente). Os principais efeitos decorrem do reconhecimento do contrato de aluguel do prédio onde encontra-se a sede da Companhia, com prazo de vencimento em junho/2029 e do contrato de aluguel dos veículos com prazo de vencimento em junho/2022 e junho/2024: b) **Política contábil e premissas para reconhecimento:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza "Despesas Administrativas" e "Despesas com Vendas", assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A taxa de desconto utilizada para a operação de edifícios foi de 9,00% ao ano, além de 1,48% e 1,80% ao mês para operações que envolvam veículos. As taxas foram obtidas por cotações com base em financiamentos para ativos destas classes. c) **Composição e movimentação dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos** Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui 2 contratos de arrendamentos reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Adoção inicial ao CPC 06(R2)/IFRS16

Custo	06(R2)/IFRS16	Adições		Baixas		Pagamentos		Juros		30/09/2021
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2021
Edifícios de direito de uso	6.728	174	(622)	6.280	1.353	-	-	-	-	7.633
Veículos de direito de uso	2.148	53	(915)	1.286	542	(715)	-	-	-	1.113
Total do ativo de direito de uso	8.876	227	(1.537)	7.566	1.895	(715)	0	0	0	8.746

Depreciação acumulada

Edifícios de direito de uso	06(R2)/IFRS16	Adições		Baixas		Pagamentos		Juros		30/09/2021
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2021
Edifícios de direito de uso	-	(750)	-	(750)	(686)	-	-	-	-	(1.436)
Veículos de direito de uso	-	(403)	191	(212)	(450)	171	-	-	-	(491)
Total do ativo de direito de uso	-	(1.153)	191	(962)	(1.136)	171	0	0	0	(1.927)

Total do ativo de direito de uso

	30/09/2020	Adições		Baixas		Pagamentos		Juros		30/09/2021
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2021
Edifícios de direito de uso	6.025	1.298	-	(1.000)	522	-	-	-	-	6.845
Veículos de direito de uso	1.115	879	(840)	(550)	70	-	-	-	-	674
Total do passivo	7.140	2.177	(840)	(1.550)	592	0	0	0	0	7.519

Passivo circulante

Edifícios de direito de uso	06(R2)/IFRS16	Adições		Baixas		Pagamentos		Juros		30/09/2020
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2020
Edifícios de direito de uso	6.728	484	(847)	(907)	567	-	-	-	-	6.025
Veículos de direito de uso	2.148	801	(1.388)	(589)	143	-	-	-	-	1.115
Total do passivo	8.876	1.285	(2.235)	(1.496)	710	0	0	0	0	7.140

Passivo não circulante

Edifícios de direito de uso	06(R2)/IFRS16	Adições		Baixas		Pagamentos		Juros		30/09/2020
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2020
Edifícios de direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos de direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.738

d) **Cronograma de vencimento dos arrendamentos**

de out/20 até dez/20	30/09/2021			30/09/2020		
	Edifícios	Veículos	Total	Edifícios	Veículos	Total
de jan/21 até dez/21	-	-	-	300	189	489
de jan/22 até dez/22	300	154	454	940	568	1.508
de jan/23 até dez/23	1.202	409	1.611	970	428	1.398
de jan/24 até dez/24	1.202	116	1.318	970	231	1.201
de jan/24 até dez/25	1.202	60	1.262	970	136	1.106
de jan/24 até dez/25	1.202	-	1.202	970	-	970
de jan/26 até dez/29	4.280	-	4.280	3.396	-	3.396
Juros embutidos	9.388	739	10.127	8.516	1.552	10.068
Total dos arrendamentos	(2.543)	(65)	(2.608)	(2.547)	(381)	(2.928)
Passivo não circulante	6.845	674	7.519	5.969	1.171	7.140

19. Intangível – Em 30 de Setembro de 2021 e 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía registrados os seguintes ativos intangíveis:

Custo	Vida útil estimada	30/06/2019		Adições		Baixas		Transfe-rências (*)		30/09/2020		Adições		Baixas		30/09/2021
		Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	30/09/2021
Softwares	5 anos	4.596	11	(13)	427	5.021	48	-	-	5.069	-	-	-	-	-	5.069
Patentes e marcas registradas	Indefinida	43.145	4.907	(8.560)	-	39.492	2.857	-	-	42.349	-	-	-	-	-	42.349
Total do Intangível		47.741	4.918	(8.573)	427	44.513	2.905	0	0	47.418	0	0	0	0	0	47.418

(*) Transferido do imobilizado para o intangível conforme nota explicativa nº 17. A Companhia possui ativos intangíveis relativos a gastos com o processo para formação de dossiê técnico e posterior obtenção de registros de produtos com vida útil indefinida no valor de R\$42.349 em 30 de setembro de 2021 (R\$39.492 em 30 de setembro de 2020). **Vida útil indefinida:** Para os ativos com vida útil indefinida foi utilizado como critério de amortização o prazo de vida útil estimada dos benefícios por eles gerados. **Vida útil indefinida:** A Companhia atribui vida útil indefinida a um ativo intangível quando, com base na análise de todos os fatores relevantes,

.... continuação		CCAB Agro S.A.	
28. Despesas por natureza	30/09/2021 (12 meses)	30/09/2020 (15 meses)	30/09/2021 (12 meses)
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	(620.339)	(746.825)	-
Despesas com vendas	(33.315)	(55.344)	(14.628)
Despesas administrativas e gerais	(686.755)	(838.124)	(29.613)
Custo com mercadoria vendida	(620.339)	(746.825)	92.856
Honorários de consultoria, auditoria e advocatícios	(12.437)	(16.692)	381.077
Despesas com pessoal e encargos	(19.147)	(25.076)	2.309
Comissões sobre vendas e despesas com representantes	(9.390)	(9.629)	(365.097)
Fretes sobre vendas	(8.949)	(16.647)	102.496
Despesas de armazenagem	(4.432)	(9.329)	(230.365)
Despesas com viagens	(1.148)	(3.122)	(32.703)
Despesas com cartório	(835)	(1.231)	(47.833)
Depreciação e amortização	(2.087)	(2.511)	(41.291)
Despesas de aluguel e telefonia	(409)	(619)	(10.146)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.089)	2.553	(15.168)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(211)	(3.498)	(10.146)
Outras despesas	(6.282)	(5.498)	(15.168)
	(686.755)	(838.124)	(42)
29. Outras receitas (despesas) operacionais			
Outras Receitas Operacionais			
Resultado na atualização do valor justo	(8.330)	8.330	(858)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	135	-	(1.902)
Ganho na alienação do ativo de direito de uso	70	82	(8.899)
Ganho na venda de ativo disponível para venda	15.298	10.849	(588)
Outras Receitas	7.310	71	(13.171)
	14.483	19.332	(63)
Outras Despesas Operacionais			
Custo na venda de ativo disponível para venda	(10.962)	(11.776)	(11.691)
Custo da baixa de imobilizado e intangível	(63)	(8.629)	(11)
Despesas com reestruturação	(3.960)	(1.612)	(1.425)
			(44.881)
			8.604
			-
			2.156
			46.998
			3.469
			37.319
			11.721
			(18.273)
			(67.580)
			(14.114)
			(89.156)

em 24 de dezembro de 2021 foi publicada a Solução de Consulta nº 1.009 - SRRF01/DISIT, por meio da qual a Receita Federal estabeleceu o entendimento de que poderá ocorrer a exclusão dos valores de subvenção do ICMS do IRPJ e da CSLL desde que "foram concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos". Desta forma, a Companhia apurou um montante de R\$67.719 mil, pagos a maior no período de 2016 a 2019. Entretanto, a Companhia registrou apenas os créditos referente aos anos de 2016 a 2018, no montante de R\$39.264 mil, alegando que contabilização será realizada de acordo com a autorização do crédito pela Receita Federal do Brasil (RFB). Com a decisão do RFB e a autorização do crédito do processo em andamento de forma favorável a Companhia é provável que benefício o fluirá. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre lucros determina que quando for provável que o benefício fluirá para a Companhia e o benefício pode ser mensurado confiavelmente, então o seu reconhecimento é adequado. Desta forma, em 30 de setembro de 2021, o ativo circulante e o resultado do exercício estão registrados a menor em R\$28.455 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Mudança do exercício social da Companhia:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, onde é divulgado que em decorrência da mudança do exercício social da Companhia de junho para setembro, as demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 15 meses findo em 30 de setembro de 2020, não estão apresentadas em bases comparativas com o exercício findo em 30 de setembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2022.
Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
 CRC 2SP 034.519/O-6
Maurício Mitio Yuhara
 Contador - CRC 1SP 260.523/O-3

Eric Charles Seban - Diretor Presidente
 Alessandra de Paiva Nunes - Contadora CRC 1SP 334.256/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CCAB Agro S.A. | São Paulo-SP
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 12 meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na Nota explicativa 16,

LC Energia Renovável Holding S.A.
 CNPJ/ME nº 33.251.487/0001-34 - NIRE 35.300.534.077
Edital de 2ª Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
 Convindamos os Senhores Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da LC Energia Renovável Holding S.A. (Companhia), que se realizará no dia 04/02/2022, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, 23º andar, Complexo JK, Torre D, sala 13, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, com a seguinte Ordem do Dia: **a)** o aumento do capital social da Companhia em R\$ 7.818.551,00, mediante a emissão de 7.818.551 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista **MG3 Infraestrutura e Participações Ltda.** em face da Companhia; **b)** Alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 27/01/2022. **Roberto Bocchino Ferrari** - Diretor e **Nilton Bertuchi** - Diretor.
 (28, 29/01 e 01/02/2022)

Brasia III Properties Investimentos Imobiliários S.A.
 CNPJ/MF Nº 30.545.265/0001-36 - NIRE nº 35.300.516.826
Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05/01/2022.
 Aos 05/01/2022, às 17 horas, com totalidade. Mesa: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretário: Luís Carlos Martins Ferreira. Deliberações: **(I)** O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 502.512,60 (quinhentos e dois mil, quinhentos e doze reais e sessenta centavos), por meio da emissão de 5.025.126 (cinco milhões, vinte e cinco mil, cento e vinte e seis) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada, das quais: **(a)** 5.000.000 (cinco milhões) são ações ordinárias; e **(b)** 25.126 (vinte e cinco mil, cento e vinte e seis) são ações preferenciais Classe A. **(II)** Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R\$ 110.498.393,10 (cento e dez milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa e três reais e dez centavos) para R\$ 111.000.905,70 (cento e onze milhões, novecentos e cinco reais e setenta centavos), dividido em 1.130.009.057 (um bilhão, cento e trinta milhões, nove mil e cinquenta e sete) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: **(a)** 1.124.359.012 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, trezentas e cinquenta e nove mil e doze) são ações ordinárias; e **(b)** 5.650.045 (cinco milhões, seiscentas e cinquenta mil e quarenta e cinco) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP nº 31.169/22-3 em 17.01.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5746	Peso (Chile) - 0,006702
Dólar (EUA) - 5,3812	Peso (México) - 0,2599
Franco (Suíça) - 5,7788	Peso (Uruguai) - 0,1224
Iene (Japão) - 0,04662	Yuan (China) - 0,8455
Libra (Inglaterra) - 7,2065	Rublo (Rússia) - 0,06945
Peso (Argentina) - 0,05138	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,0011

I9 Invest Securitizadora S.A.
 CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto Social
Data, hora e local: 19/11/2021, às 10:00 (dez) horas, na sede social, localizada em Jardimópolis/SP na Avenida Prefeito Newton Reis, nº 809, bairro Centro, CEP 14680-000. **Presença dos Acionistas:** representando 100% (cem por cento) do capital social volante. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **Thiago Henrique Bido**, secretária Sr. **Alessandra Aparecida Bido Ribeiro**. **Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em 02/12/2020, estando assim dispensado da convocação por edital, segundo o § 4º do artigo 124, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo recolhida a assinatura de todos no livro de presença. **Ordem do dia e deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia de Constituição da sociedade **I9 Invest Securitizadora S.A.**, e, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: 1) Leitura e aprovação da Minuta do Estatuto Social - Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **I9 Invest Securitizadora S.A.**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. 2) Boletim de subscrição das Ações: Foi aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição - Nome: **a) Thiago Henrique Bido**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, nascido em 12/09/1984, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.802.110-6 SSP-SP, expedido em 16/05/2000, inscrito no CPF sob o nº 318.394.928-80, residente e domiciliado na Avenida Giuseppe Cilento, nº 1811, bairro Jardim Botânico, apto 2104, cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.021-650; **b) Alessandra Aparecida Bido Ribeiro**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 26/10/1983, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 42.184.794-3 SSP-SP, expedido em 11/08/2017, inscrito no CPF sob o nº 311.331.788-63, residente e domiciliada na Avenida Prefeito Newton Reis, nº 1000, bairro Centro, cidade de Jardimópolis, Estado de São Paulo, CEP 14.680-000; **c) Rodrigo Roberto Bido**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 07/05/1982, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.802.109-X SSP-SP, expedido em 21/09/2013, inscrito no CPF sob o nº 302.519.808-71, residente e domiciliado na Rua Zoilda Pagoto Roque, nº 131, bairro Lot S Marcos, cidade de Jardimópolis, Estado de São Paulo, CEP 14.680-000; 3) O capital social é de 51.000 (cinquenta e um mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), que se encontra integralmente subscrito. O valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) foi integralizado neste ato, em instituição financeira nacional, e o valor remanescente será integralizado até 12 (doze) meses em moeda corrente nacional. O Percentual de integralização das Ações será 100% (cem por cento), assim distribuído e subscrito: **Thiago Henrique Bido** - 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento); **Alessandra Aparecida Bido Ribeiro** - 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) e **Rodrigo Roberto Bido** - 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento); 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores: Os acionistas aprovaram a eleição dos Srs. **Thiago Henrique Bido**, qualificado anteriormente, como Diretor Presidente, **Alessandra Aparecida Bido Ribeiro**, qualificada, como Diretora de Relações com Investidores e **Rodrigo Roberto Bido**, já qualificado, como Diretor Comercial, todos com mandato de até 03 (três) anos, facultado a reeleição de qualquer de seus membros, nos termos do artigo 157 da Lei nº 6.404/76. 4 (I.1) Aprovar a remuneração global anual mínima R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social da Companhia; 4 (I.2) Os membros da Diretoria ora eleitos aceitam os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos, de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura no Termo de Posse, lavrado em livro próprio. 5) O conselho fiscal por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem. 6) Definição dos períodos nos quais serão efetuadas as publicações legais - Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no art. 289 da Lei nº 6.404/76 serão realizados de acordo com decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007. 7) Aprovação do endereço da sede social da Companhia - localizada em Jardimópolis/SP na Avenida Prefeito Newton Reis, nº 809, bairro Centro, CEP 14680-000. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos no Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, depois de observadas as formalidades legais e não havendo oposição de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a ata, a qual vai ao final assinada por mim, **Alessandra Aparecida Bido Ribeiro**, secretária e acionista e **Thiago Henrique Bido**, presidente e acionista, fundadores e membros da Diretoria, antes, porém, transcreve-se o **Estatuto Social** aprovado no item 1. JUCESP - Registrado sob NIRE 35.300.583.850 em 28/12/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DÓLAR compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,3806 / R\$ 5,3812 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,4220 / R\$ 5,4240 *
 Turismo - R\$ 5,4530 / R\$ 5,5830
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
 Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,33%

OURO BM&F
 R\$ 311,000

BOLSAS B3 (Ibovespa)
 Variação: 1,19%
 Pontos: 112.611
 Volume financeiro: R\$ 35,473 bilhões
 Maiores altas: Magazine Luiza ON (6,96%), Banco Inter UNT (6,28%), Grupo Soma ON (6,25%)
 Maiores baixas: GNDI ON (-4,70%), Hapvida ON (-3,43%), Braskem

Negócios

Montadora chinesa Great Wall confirma investimento de R\$ 10 bi no Brasil



A montadora chinesa Great Wall Motors divulgou ontem (27) seus planos para o Brasil. A empresa vai montar carros na cidade de Iracemápolis, na unidade que pertenceu à Mercedes-Benz.

A empresa estima um investimento de R\$ 10 bilhões no longo prazo, dividido em ciclos.

A primeira etapa começou em 2021 e vai até 2025, com um valor entre R\$ 4 bilhões e R\$ 4,5 bilhões. Todos os veículos produzidos serão híbridos ou 100% elétricos.

De acordo com Pedro Bantancourt, diretor de relações externas e governamentais da Great Wall, serão gerados 2.000 empregos na região até 2025. A empresa acredita

que conseguirá produzir a capacidade máxima da fábrica -cerca de 100 mil veículos por ano- quando o mercado estiver normalizado. Serão modelos voltados para o mercado interno e também para exportação.

O objetivo é atingir 60% de conteúdo local ao longo dos próximos três anos.

Uma das plataformas adotadas no Brasil será de um utilitário esportivo com motor 1.5 turbo a gasolina conciliado a outro, elétrico, com potência que parte de 230 cv, mas pode superar os 400 cv, de acordo com a calibração.

O sistema híbrido será plug-in, sendo possível recarregar o carro na tomada e rodar sem queimar combustível no uso urbano.

Os carros híbridos da Great Wall serão vendidos sob três marcas: Tank, Haval e Poer. Há 10 modelos em desenvolvimento para o Brasil, sempre com estilo fora de estrada.

O primeiro lançamento será de um veículo importado da China, que chegará às lojas no fim deste ano. Já o primeiro automóvel nacional da empresa está previsto para o segundo semestre de 2023.

Haverá também a marca premium Ora, focada em veículos 100% elétricos. Essa divisão da Great Wall ganhou fama em 2021 ao apresentar uma cópia modernizada do Volkswagen Fusca, chamada Punk Cat. Esse modelo já está registrado no Brasil, mas sem data de lançamento.

Eduardo Sodré/Folhapress

Aplicativos de namoro registram crescimento mesmo após avanço da ômicron

A explosão da ômicron não afetou a circulação nos aplicativos de relacionamento nas últimas semanas, afirmam empresas do setor.

No Par Perfeito, o crescimento foi de 43% entre os dias 1º a 12 de janeiro de 2022 em comparação ao mesmo período do ano passado. O desempenho é quase o dobro do registrado em um mês comum.

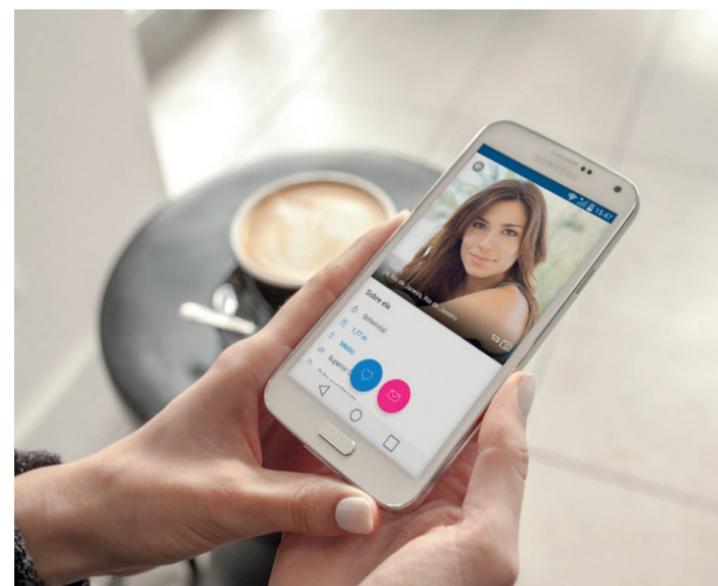
Segundo a empresa, a interação entre os usuários ocorre, principalmente, entre as 19h e as 22h, com pico por volta das 21h, e se intensifica aos domingos.

O aplicativo Inner Circle aponta um aumento de 10% nas atividades desde dezembro até esta quarta (26).

Os meses de janeiro tradicionalmente registram crescimento, porque, segundo as empresas, muitos usuários fazem resoluções de ano novo para um relacionamento.

Não é possível levantar qual parcela das atividades no aplicativo se converteram em encontros presenciais. Segundo os aplicativos, os usuários podem usar uma ferramenta para informar seus interlocutores sobre o status da vacinação contra a Covid.

Joana Cunha/Folhapress



Qual é o futuro da Stellantis, dona de Fiat, Jeep, Citroën e Peugeot?



O Grupo Stellantis completou o primeiro aniversário, depois de juntar FCA (de Fiat e Jeep) à PSA (de Citroën e Peugeot) sob um mesmo guarda-chuva. E bastaram doze meses para se tornarem um dos maiores fabricantes de veículos do mundo: a empresa concentrou praticamente 1/3 das vendas no Brasil e na Argentina, além de liderar o mercado na América do Sul, com 811,6 mil unidades e 22,9% de participação no ano passado.

“Esse crescimento vertiginoso aconteceu enquanto outros fabricantes sofreram com ineficiência. No caso de General Motors e Volkswagen, ambas ficaram muito tempo sem produzir devido à

falta de componentes durante a pandemia. Ninguém desafiou a Stellantis, que também trouxe novidades muito relevantes em termos de produto [como Fiat Pulse e Jeep Commander]”, diz Cássio Pagliarini, da consultoria Bright Consulting.

Enquanto o mercado brasileiro aumentou 3% no último ano – puxado pelos caminhões, que tiveram volume 42,8% maior quando comparado a 2020 –, a Fiat teve crescimento de 34% e ainda garantiu a liderança da Strada. E outras marcas da Stellantis também tiveram sucesso: a Jeep expandiu 35,1% e liderou entre SUVs; a Ram teve recorde de vendas e cresceu 87%; a Citroën subiu 73,2%; e a Peugeot mais

que duplicou, com 118,9%.

“É verdade que a PSA mudou da água para o vinho. Isso porque as empresas francesas costumam ter operações mais burocráticas, mas isso mudou com a Stellantis. Quando colocaram fim aos entraves burocráticos de Citroën e Peugeot, o negócio passou a fluir e a dinâmica ficou diferente. Como parte de um grupo, também aumenta o budget para marketing e publicidade”, afirma Raphael Galante, da consultoria automotiva Oikonomia.

Outros problemas também foram resolvidos para ambos os lados com a formação da Stellantis: para a antiga FCA, faltavam modelos elétricos e híbridos.

Exame